



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo 01, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho das questões discursivas.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: **A** ● **C** **D** **E**
- ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a questão discursiva, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4h30min para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com a Folha de Respostas da Prova Objetiva e a Folha de Respostas da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Agosto/2007

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Os sonhos dos adolescentes

Se tivesse que comparar os jovens de hoje com os de dez ou vinte anos atrás, resumiria assim: eles sonham pequeno. É curioso, pois, pelo exemplo de pais, parentes e vizinhos, nossos jovens sabem que sua origem não fecha seu destino: sua vida não tem que acontecer necessariamente no lugar onde nasceram, sua profissão não tem que ser a continuação da de seus pais. Pelo acesso a uma proliferação extraordinária de ficções e informações, eles conhecem uma pluralidade inédita de vidas possíveis.

Apesar disso, em regra, os adolescentes e os pré-adolescentes de hoje têm devaneios sobre seu futuro muito parecidos com a vida da gente: eles sonham com um dia-a-dia que, para nós, adultos, não é sonho algum, mas o resultado (mais ou menos resignado) de compromissos e frustrações. Eles são "razoáveis": seu sonho é um ajuste entre suas aspirações heróico-ecológicas e as "necessidades" concretas (segurança do emprego, plano de saúde e aposentadoria).

Alguém dirá: melhor lidar com adolescentes tranqüilos do que com rebeldes sem causa, não é? Pode ser, mas, seja qual for a qualidade dos professores, a escola desperta interesse quando carrega consigo uma promessa de futuro: estudem para ter uma vida mais próxima de seus sonhos. É bom que a escola não responda apenas à "dura realidade" do mercado de trabalho, mas também (talvez, sobretudo) aos devaneios de seus estudantes; sem isso, qual seria sua promessa? "Estude para se conformar"? Conseqüência: a escola é sempre desinteressante para quem pára de sonhar.

É possível que, por sua própria presença maciça em nossas telas, as ficções tenham perdido sua função essencial e sejam contempladas não como um repertório arrebatador de vidas possíveis, mas como um caleidoscópio para alegrar os olhos, um simples entretenimento. Os heróis percorrem o

mundo matando dragões, defendendo causas e encontrando amores solares, mas eles não nos inspiram: eles nos divertem, enquanto, comportadamente, aspiramos a um churrasco no domingo e a uma cerveja com os amigos.

É também possível (sem contradizer a hipótese anterior) que os adultos não saibam mais sonhar muito além de seu nariz. Ora, a capacidade de os adolescentes inventarem seu futuro depende dos sonhos aos quais nós renunciemos. Pode ser que, quando eles procuram, nas entrelinhas de nossas falas, as aspirações das quais desistimos, eles se deparem apenas com versões melhoradas da mesma vida acomodada que, mal ou bem, conseguimos arrumar. Cada época tem os adolescentes que merece.

(Adaptado de Contardo Calligaris. Folha de S. Paulo, 11/01/07)

1. O autor considera que falta aos jovens de hoje
 - (A) um mínimo de discernimento entre o que é real e o que é puro devaneio.
 - (B) uma confiança maior nas promessas de futuro acenadas pelo mercado de trabalho.
 - (C) a inspiração para viver que lhes oferecem os que descartaram as idealizações.
 - (D) a aspiração de perseguir a realização dos sonhos pessoais mais arrojados.
 - (E) a disposição de se tornarem capazes de usufruir a estabilidade profissional.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. As múltiplas ficções e informações que circulam no mundo de hoje impedem que os jovens formulem seus projetos levando em conta um parâmetro mais realista.
 - II. As escolas deveriam ser mais conseqüentes diante da *dura realidade do mercado de trabalho* e estimular os jovens a serem mais razoáveis em seus sonhos.
 - III. As ficções que proliferam em nossas telas são assimiladas como divertimento inconstante, e não como sinalização inspiradora de uma *pluralidade de vidas possíveis*.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

<p>3. No segundo parágrafo, ao estabelecer uma relação entre os jovens e os adultos de hoje, o autor faz ver que</p> <p>(A) os sonhos continuam sendo os mesmos, para uns e para outros.</p> <p>(B) os adultos, quando jovens, eram mais conservadores que os jovens de hoje.</p> <p>(C) os jovens esperam muito mais do que os adultos já obtiveram.</p> <p>(D) o patamar de realização de vida atingido pelos adultos tornou-se uma meta para os jovens.</p> <p>(E) a resignação dos adultos constitui a razão de frustração dos jovens.</p>	<p>7. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:</p> <p>(A) Não se imputem aos adolescentes de hoje a exclusiva responsabilidade pelo fato, lastimável, de aspirarem a tão pouco.</p> <p>(B) A presença maciça, em nossas telas, de tantas ficções, não nos devem fazer crer que sejamos capazes de sonhar mais do que as gerações passadas.</p> <p>(C) Se aos jovens de hoje coubesse sonhar no ritmo das ficções projetadas em nossas telas, múltiplos e ágeis devaneios se processariam.</p> <p>(D) Ficaram como versões melhoradas da nossa vida acomodada de hoje o vestígio dos nossos sonhos de ontem.</p> <p>(E) Ao pretender que se mobilize os estudantes para as exigências do mercado de trabalho, o professor de nossas escolas impede-os de sonhar.</p>
<p>4. A expressão <i>hipótese anterior</i>, que surge entre parênteses, faz referência à seguinte passagem do texto:</p> <p>(A) <i>É possível que (...) as ficções tenham perdido sua função essencial.</i></p> <p>(B) <i>Conseqüência: a escola é sempre desinteressante para quem pára de sonhar.</i></p> <p>(C) <i>Pode ser que (...) eles se deparem apenas com versões melhoradas da mesma vida (...)</i></p> <p>(D) <i>Ora, a capacidade de os adolescentes inventarem seu futuro depende dos sonhos aos quais nós renunciemos.</i></p> <p>(E) <i>(...) seja qual for a qualidade dos professores, a escola desperta interesse quando carrega consigo uma promessa de futuro (...).</i></p>	<p>8. Devaneios, quem não <u>tem devaneios</u>? <u>Têm devaneios</u> as crianças e os jovens, <u>dão aos devaneios</u> menos crédito os adultos, mas é impossível <u>abolir os devaneios</u> completamente.</p> <p>Evitam-se as indesejáveis repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:</p> <p>(A) os tem - Têm-lhes - dão-lhes - abolir-lhes</p> <p>(B) tem eles - Têm-nos - dão-lhes - abolir-lhes</p> <p>(C) os tem - Têm eles - dão-nos - aboli-los</p> <p>(D) tem a eles - Os têm - dão a eles - abolir a eles</p> <p>(E) os tem - Têm-nos - dão-lhes - aboli-los</p>
<p>5. Certa impropriedade que se verifica no uso da expressão <i>nas entrelinhas das nossas falas</i> poderia ser evitada, sem prejuízo para o sentido pretendido, caso o autor a tivesse substituído por</p> <p>(A) entre os parênteses das nossas conversas.</p> <p>(B) no que não se explicita em nossas palavras.</p> <p>(C) nas assumidas reticências do nosso estilo.</p> <p>(D) na falta de ênfase de nossas declarações.</p> <p>(E) no que não se sublinha em nossos discursos.</p>	<p>9. Está inteiramente correta a construção da seguinte frase:</p> <p>(A) É mais preferível lidar com adolescentes tranqüilos do que ficar lidando com rebeldes em quem se ignora a causa.</p> <p>(B) Prefira-se lidar com adolescentes tranqüilos a lidar com rebeldes cuja causa eles próprios parecem ignorar.</p> <p>(C) Dê-se preferência a lidar com adolescentes tranqüilos do que com os rebeldes cuja causa nem eles suspeitam.</p> <p>(D) É preferível lidar com adolescentes tranqüilos em vez de lidar com os rebeldes, onde a causa nem para eles se explicita.</p> <p>(E) Há a preferência de lidar com adolescentes tranqüilos e não dos rebeldes, cuja a causa lhes permanece incógnita.</p>
<p>6. Está adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:</p> <p>(A) Fosse qual fosse a qualidade dos professores, a escola despertaria interesse quando carregasse consigo uma promessa de futuro.</p> <p>(B) A capacidade de os adolescentes virem a inventar seu futuro teria dependido dos sonhos aos quais nós renunciaremos.</p> <p>(C) Seria desejável que a escola não apenas dê ressonância aos anseios pelo mercado de trabalho, mas que também alimente as aspirações dos estudantes.</p> <p>(D) À medida que os adolescentes procurassem, nas entrelinhas das nossas falas, as aspirações que oculariamos, irão se deparar com sonhos frustrados.</p> <p>(E) Quem vier a comparar os jovens de hoje com os da geração passada haveria de concluir que os adolescentes de agora devam sonhar muito menos.</p>	

<p>10. É preciso suprimir uma ou mais vírgulas na seguinte frase:</p> <p>(A) É possível que, em vista da quantidade e de seu poder de sedução, as ficções de nossas telas influenciem nossa conduta de forma determinante.</p> <p>(B) Independentemente do mérito dos professores, as escolas devem, com denodo, estimular os sonhos dos alunos.</p> <p>(C) É uma pena que, hoje em dia, tantos e tantos jovens substituam os sonhos pela preocupação, compreensível, diga-se, de se inserir no mercado de trabalho.</p> <p>(D) O fato de serem, os adolescentes de hoje, tão “razoáveis”, faz com que a decantada rebeldia da juventude dê lugar ao conformismo e à resignação.</p> <p>(E) Se cada época tem os adolescentes que merece, conforme opina o autor, há também os adolescentes que não merecem os adultos de sua época.</p>	<p>13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Para que não (restringir) o sonho de um jovem, as imposições do mercado de trabalho devem ter sua importância relativizada.</p> <p>(B) Seria essencial que nunca (faltar) aos adolescentes, mesmo em nossos dias pragmáticos, a liberdade inclusa nos sonhos.</p> <p>(C) Entre as duas hipóteses que (examinar), considera o autor que o elemento comum é redução da capacidade de sonhar.</p> <p>(D) Não se (delegar) às escolas a missão exclusiva de preparar os jovens para sua inserção no mercado de trabalho.</p> <p>(E) É pena que (faltar) aos jovens a referência dos sonhos que seus pais já tenham alimentado em sua época de adolescentes.</p>
<p>11. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas no contexto da seguinte frase:</p> <p>(A) Se não nos entretermos com as ficções de nossas telas, dizem algumas pessoas, com que se preencherá nosso tempo ocioso?</p> <p>(B) Quando finalmente convirmos em que os sonhos são estimulantes e necessários, a eles recorreremos para combater nosso excessivo pragmatismo.</p> <p>(C) Já que aos adolescentes de ontem aprovou cultivar tantos sonhos, por que os de hoje terão abdicado do direito a todos os devaneios?</p> <p>(D) Se as ficções não nos provissem de tantas imagens e informações, teríamos mais tempo para criar nossas próprias fantasias.</p> <p>(E) As sucessivas gerações já muito se contradizeram, por força da diversidade de seus sonhos, ao passo que a de hoje parece ter renunciado a todos eles.</p>	<p>14. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. É muito restritivo o aspecto da “razoabilidade” dos sonhos, <u>de que</u> o autor do texto analisa no segundo parágrafo.</p> <p>II. Talvez um dos “dragões” <u>a que</u> se deva dar combate em nossos dias seja o império dos interesses materiais.</p> <p>III. Os sonhos <u>em cuja</u> perseguição efetivamente nos lançamos podem transformar-se em conquistas objetivas.</p> <p>Está correto o emprego do elemento sublinhado APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I e III.</p>
<p>12. É preciso suprimir um ou mais sinais de crase em:</p> <p>(A) À falta de coisa melhor para fazer, muita gente assiste à televisão sem sequer atentar para o que está vendo.</p> <p>(B) Cabe à juventude de hoje dedicar-se à substituição dos apelos do mercado por impulsos que, em sua verdade natural, façam jus à capacidade humana de sonhar.</p> <p>(C) Os sonhos não se adquirem à vista: custa tempo para se elaborar dentro de nós a matéria de que são feitos, às vezes à revelia de nós mesmos.</p> <p>(D) Compreenda-se quem aspira à estabilidade de um emprego, mas prestem-se todas as homenagens àquele que cultiva seus sonhos.</p> <p>(E) Quem acha que agracia à juventude de hoje com elogios ao seu pragmatismo não está à salvo de ser o responsável pela frustração de toda uma geração.</p>	<p>15. O emprego do elemento sublinhado compromete a coerência da frase:</p> <p>(A) Cada época tem os adolescentes que merece, <u>pois</u> estes são influenciados pelos valores socialmente dominantes.</p> <p>(B) Os jovens perderam a capacidade de sonhar alto, <u>por conseguinte</u> alguns ainda resistem ao pragmatismo moderno.</p> <p>(C) Nos tempos modernos, sonhar faz muita falta ao adolescente, <u>bem como</u> alimentar a confiança em sua própria capacidade criativa.</p> <p>(D) <u>A menos que</u> se mudem alguns paradigmas culturais, as gerações seguintes serão tão conformistas quanto a atual.</p> <p>(E) Há quem fique desanimado com os jovens de hoje, <u>porquanto</u> parece faltar-lhes a capacidade de sonhar mais alto.</p>

Atenção: As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Página de História

De uma História Universal editada no século XXXIII: “Os homens do século XX, talvez por motivos que só a miséria explicaria, costumavam aglomerar-se desconfortavelmente em enormes cortiços de cimento. Alguns atribuem o fato a não se sabe que misterioso pânico ao simples contato com a natureza; mas isso é matéria de ficcionistas, místicos e poetas... O historiador sabe apenas que chegou a haver, em certas grandes áreas, conjuntos de cortiços erguidos lado a lado sem o suficiente espaço e arejamento, que poderiam alojar vários milhões de indivíduos. Era, por assim dizer, uma vida de insetos – mas sem a segurança que apresentam as habitações construídas por estes.”

(Mário Quintana – **Caderno H**. Porto Alegre: Globo, 1973, p. 14)

16. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Sugere o texto que a um historiador não cabe especular sobre conjecturas; ainda assim, o autor dessa imaginária História Universal levanta algumas suposições.
- II. O texto levanta a possibilidade de que a supressão dos vínculos do homem do século XX com a natureza estaria numa inexplicável arrogância sua diante do mundo natural.
- III. Pode-se depreender que, na perspectiva do autor do texto, em tempos futuros o homem terá superado modelos opressivos de habitação urbana.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

17. Está clara e correta a seguinte reconstrução de uma frase do texto:

- (A) Eram em enormes cortiços de cimento que os homens do século XX se aglomeravam inconfortavelmente em enormes cortiços de cimento, dado que só a miséria o explicaria.
- (B) Talvez só a miséria pudesse explicar porque os homens do século XX vivessem aglomerados em cortiços de cimento enormes e despossuídos de conforto.
- (C) É possível que a miséria seja a explicação para o fato de os homens do século XX viverem aglomerados, sem nenhum conforto, em enormes cortiços de cimento.
- (D) Uma vez que habitavam enormes e desconfortáveis cortiços de cimento, deduz-se a explicação que os homens do século XX deveriam de ter uma vida miserável.
- (E) Os homens do século XX, provavelmente devido à fatores econômicos, se aglomeravam com desconforto nos enormes cortiços de cimento aonde moravam.

18. *Alguns atribuem o fato a não se sabe que misterioso pânico ao simples contato da natureza; mas isso é matéria de ficcionistas, místicos e poetas...*

Sem prejuízo para o sentido contextual e a correção da frase acima, e sem que seja necessária qualquer outra alteração, pode-se substituir

- (A) atribuem por cogitam.
- (B) atribuem por justificam.
- (C) mas isso por conquanto isso.
- (D) a não se sabe que por ignorar-se qual.
- (E) a não se sabe que por a sabe-se lá qual.

19. Está correto o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas em:

- (A) As áreas aonde os homens se concentravam exibiam edifícios em cujos não havia arejamento.
- (B) Em cortiços de cimento, a que faltavam espaço e arejamento, comprimiam-se milhões de indivíduos para quem a natureza parecia representar uma ameaça.
- (C) Esse texto, de cujo o autor era também poeta, promove um típico exercício de imaginação em que muitos autores de ficção são tentados.
- (D) Os mistérios porque somos atraídos na ficção costumam impressionar os leitores em cujos também não falta a liberdade da imaginação.
- (E) Os espaços urbanos pelos quais se espanta o imaginário narrador seriam testemunho de uma civilização à qual eram frouxos os laços com a natureza.

20. Está correta a grafia de todas as palavras na frase:

- (A) A presunção de verossimilhança é inerente aos escritos ficcionais, mesmo aos que exploram as rotas e as sendas mais fantasiosas da imaginação.
- (B) Deprende-se do texto que, no futuro, as civilizações adotarão paradigmas que substituirão com vantagem aqueles que regeram a vida do século XX.
- (C) Distila-se nesse texto o humor sutil de Mário Quintana, um autor gaúcho para quem a poesia e a vida convergem de modo inelutável.
- (D) A apreensão humana diante das forças da natureza deriva de épocas pré-históricas, quando o homem não dispunha de recursos técnicos para enfrentá-las.
- (E) As obsessões humanas pelo progresso parecem ignorar que as leis da natureza não sofrem nenhum processo de obsolescência, e custam caro para quem as transgrida.

Atenção: As questões de números 21 a 25 referem-se ao texto que segue.

Imagens banalizadas

A tecnologia proporciona verdadeiros milagres, mas também produz alguma banalização. Nunca se tirou tanta fotografia instantânea como hoje: em todo lugar há gente promovendo a permanência de um instante, que imediatamente se ilumina na tela minúscula de uma câmera digital ou de um telefone celular. Impossível não lembrar as fotos antigas, quando o fotógrafo, investido de alguma solenidade, pedia aos fotografados que se preparassem, que posassem, e de repente acionava o botão, e triunfava: – Pronto! E era esperar algum tempo para que a foto fosse revelada e encaminhada ao álbum da família. Na pressa de hoje, os “cliques” das maquininhas eletrônicas disparam como metralhadoras, as pessoas mal têm tempo para ver as fotos e logo, enfadadas, apagam-nas. As eventualmente selecionadas costumam ir parar nos arquivos de um computador. Mais cedo ou mais tarde, serão igualmente apagados. De fato, o tempo está passando cada vez mais rápido.

(Ruiz de Souza Oviedo, inédito)

21. A banalização das imagens, referida no título do texto, é vista como consequência

- (A) da ação de fatores intrínsecos à pesquisa e ao desenvolvimento da alta tecnologia.
- (B) do intenso aprofundamento emocional das experiências do cotidiano moderno.
- (C) da multiplicação e do imediatismo de experiências marcadas pela transitoriedade.
- (D) do fomento à pesquisa tecnológica que não redunde em benefícios reais.
- (E) da ilusão e da superficialidade com que as pessoas buscam se apegar ao passado.

22. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O autor joga com palavras e expressões que exprimem contraste entre si, tal como ocorre entre *tecnologia* e *milagres*, e entre *fotos antigas* e *alguma solenidade*.
- II. A ansiedade de produzir múltiplas e instantâneas imagens contradiz a sensação de enfado, que o autor atribui às pessoas que acionam suas modernas câmeras.
- III. A solenidade das fotografias antigas decorria, em parte, da importância que lhes dedicava o fotógrafo, confirmada pela diligência dos que costumavam preservá-las.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

23. É preciso **corrigir** a redação da seguinte frase:

- (A) A imagem de uma metralhadora disparando lembra ao autor de que o acionamento das modernas câmeras guarda-lhes uma velocidade similar.
- (B) Como sugere o autor do texto, o risco de banalização é muito alto no uso impulsivo e inconseqüente dos modernos engenhos eletrônicos.
- (C) Posar para o fotógrafo era parte dos antigos ritos familiares, assim como era hábito organizar e conservar as fotos em álbuns de que todos se orgulhavam.
- (D) A sensação de que, em nossos dias, o tempo está passando mais rapidamente decorre, em boa parte, da velocidade com que vivemos e descartamos nossas experiências.
- (E) O antigo processo de revelação das fotografias tinha o seu quê de romantismo: era necessária alguma espera, por vezes ansiosa, pelo resultado obtido.

24. No contexto, os segmentos associam-se numa relação de causa e efeito – nesta ordem – em:

- (A) *verdadeiros milagres / alguma banalização.*
- (B) *investido de alguma solenidade / de repente acionava o botão.*
- (C) *ir parar nos arquivos / eventualmente selecionadas.*
- (D) *acionava o botão / triunfava.*
- (E) *mais cedo ou mais tarde / apagados.*

25. Considerando-se as normas de concordância verbal, há uma **incorreção** na frase:

- (A) Tão rápidos quanto os “cliques” das mágicas maquininhas são o prazer e o enfado que caracterizam as modernas sessões de fotografia.
- (B) Não é de se crer que todos os produtos com alta tecnologia cheguem a se banalizar, já que a banalidade está nas circunstâncias em que se venham a utilizá-los.
- (C) Não compete nem aos cientistas nem aos produtores responsabilizar-se pelas consequências da utilização do que nos oferecem.
- (D) Quantos mais inventos haja, mais impulsivos hão de ser nossos desejos de os consumir, como vem sucedendo no caso dos engenhos eletrônicos.
- (E) Seria de se esperar que se associassem à moderna tecnologia apenas os benefícios reais, que a ela se tributassem tão-somente vantagens inequívocas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

26. O esquema abaixo representa a multiplicação de um número natural F por 8, resultando em um número G.

$$\begin{array}{r} \text{O O 1 O} \\ \times 8 \\ \hline \text{O 8 O 2 O} \end{array}$$

Os círculos representam algarismos, que satisfazem às seguintes condições:

- são distintos entre si;
- são diferentes de zero;
- o algarismo das centenas de F é maior do que o algarismo das centenas de G.

Determinando-se corretamente esses cinco algarismos, verifica-se que o algarismo

- (A) dos milhares de F é 3.
- (B) das centenas de F é 3.
- (C) das unidades de F é 8.
- (D) das centenas de G é 5.
- (E) das unidades de G é 6.

27. Se o dia 08 de março de um certo ano foi uma terça-feira, então o dia 30 de julho desse mesmo ano foi

- (A) uma quarta-feira.
- (B) uma quinta-feira.
- (C) uma sexta-feira.
- (D) um sábado.
- (E) um domingo.

28. Considere que, em um determinado instante, P passageiros aguardavam seu voo em uma sala de embarque de certo aeroporto. Na primeira chamada embarcaram os idosos, que correspondiam à metade de P; na segunda, embarcaram as mulheres não idosas, cuja quantidade correspondia à metade do número de passageiros que haviam ficado na sala; na terceira, embarcaram alguns homens, em quantidade igual à metade do número de passageiros que ainda restavam na sala. Se, logo após as três chamadas, chegaram à sala mais 24 passageiros e, nesse momento, o total de passageiros na sala passou a ser a metade de P, então na

- (A) primeira chamada embarcaram 34 passageiros.
- (B) primeira chamada embarcaram 36 passageiros.
- (C) segunda chamada embarcaram 16 passageiros.
- (D) segunda chamada embarcaram 18 passageiros.
- (E) terceira chamada embarcaram 12 passageiros.

29. Considere que as sentenças abaixo são verdadeiras.

Se a temperatura está abaixo de 5 °C, há nevoeiro.

Se há nevoeiro, os aviões não decolam.

Assim sendo, também é verdadeira a sentença:

- (A) Se não há nevoeiro, os aviões decolam.
- (B) Se não há nevoeiro, a temperatura está igual a ou acima de 5 °C.
- (C) Se os aviões não decolam, então há nevoeiro.
- (D) Se há nevoeiro, então a temperatura está abaixo de 5 °C.
- (E) Se a temperatura está igual a ou acima de 5 °C os aviões decolam.

30. Nos Jogos Panamericanos de 1971, na cidade de Cali, um quadro de resultados parciais apresentava os três países com maior número de medalhas de ouro (105, 31 e 19), de prata (73, 49 e 20) e de bronze (41, 40 25): Canadá, Cuba e EUA. Em relação a esse quadro, sabe-se que

- os EUA obtiveram 105 medalhas de ouro e 73 de prata;
- Cuba recebeu a menor quantidade de medalhas de bronze;
- Canadá recebeu um total de 80 medalhas.

Nessas condições, esse quadro informava que o número de medalhas recebidas

- (A) por Cuba foi 120.
- (B) por Cuba foi 115.
- (C) pelos EUA foi 220.
- (D) pelos EUA foi 219.
- (E) pelos EUA foi 218.

<p style="text-align: center;">CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p style="text-align: center;">DIREITO CIVIL</p> <p>31. Quando a imposição de encargo ilícito constitui o motivo determinante da liberalidade,</p> <p>(A) invalida-se o negócio jurídico.</p> <p>(B) substitui-se o encargo ilícito por outro lícito, a critério do juiz.</p> <p>(C) considera-se não escrito o encargo ilícito.</p> <p>(D) substitui-se o encargo ilícito por outro lícito, a critério do beneficiário.</p> <p>(E) reduz-se a liberalidade à metade do valor estipulado pelo disponente.</p>	<p>34. Nas obrigações alternativas em que a escolha cabe ao devedor,</p> <p>(A) se uma das duas prestações se tornar inexecutível, não subsistirá o débito quanto à outra em razão da impossibilidade de exercício do direito de escolha.</p> <p>(B) se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, ficará o devedor obrigado a pagar o valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar.</p> <p>(C) quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção só poderá ser exercida no primeiro período, valendo a escolha feita para os demais.</p> <p>(D) se for conveniente ao devedor, poderá obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.</p> <p>(E) se todas as prestações se tornarem impossíveis, sem culpa do devedor, a obrigação resolver-se-á em perdas e danos, calculadas com base na obrigação de maior valor.</p>
<p>32. A respeito da prescrição e da decadência, é correto afirmar:</p> <p>(A) Prescreve em dez anos a cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.</p> <p>(B) No contrato regularmente formalizado por escrito, as partes podem renunciar a decadência fixada em lei.</p> <p>(C) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.</p> <p>(D) A alteração do prazo prescricional por acordo das partes só terá validade se comprovada nos autos por instrumento público ou particular.</p> <p>(E) A prescrição iniciada contra uma pessoa cessa com a sua morte, iniciando-se novo prazo em relação ao seu sucessor.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p> <p>35. A multa referente à litigância de má-fé</p> <p>(A) não pode ser cumulada com a obrigação de indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, honorários advocatícios e despesas que efetuou.</p> <p>(B) depende de requerimento da parte contrária, não podendo ser aplicada pelo juiz de ofício.</p> <p>(C) só pode ser aplicada no primeiro grau de jurisdição e não depende de fundamentação específica.</p> <p>(D) não pode ser imposta, por falta de previsão legal, à parte que induz testemunha a mentir em juízo.</p> <p>(E) pode ser imposta mais de uma vez ao mesmo litigante por atos diferentes no curso do mesmo processo.</p>
<p>33. A respeito do adimplemento e extinção das obrigações, considere:</p> <p>I. O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida se for mais valiosa.</p> <p>II. A pessoa obrigada, por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só devedor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos.</p> <p>III. A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis.</p> <p>IV. A remissão da dívida, aceita pelo devedor, extingue a obrigação, mas sem prejuízo de terceiro.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>36. A ação civil pública NÃO poderá</p> <p>(A) ser instaurada pelo juiz de direito de ofício.</p> <p>(B) ser proposta pelos Estados e Municípios.</p> <p>(C) ter por objeto condenação em dinheiro.</p> <p>(D) ser ajuizada pela Defensoria Pública da União.</p> <p>(E) ser ajuizada para reparar infração à ordem econômica.</p> <p>37. A respeito da apelação, é correto afirmar:</p> <p>(A) A insuficiência do valor do preparo implicará desde logo em deserção, não sendo cabível intimação do recorrente para fins de complementação.</p> <p>(B) Será recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo a apelação interposta de sentença que conceder mandado de segurança.</p> <p>(C) A apelação interposta por um devedor, havendo solidariedade passiva, aproveitará aos outros, quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.</p> <p>(D) Os pressupostos da admissibilidade do recurso não podem ser reexaminados pelo juiz após a resposta do apelado.</p> <p>(E) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação não devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.</p>

38. A respeito do procedimento cautelar é correto afirmar:

- (A) Se por qualquer motivo cessar a eficácia da medida cautelar a parte poderá repetir o pedido pelo mesmo fundamento.
- (B) As medidas cautelares só podem ser concedidas com audiência da parte contrária.
- (C) O indeferimento da medida cautelar não impede que a parte intente a ação principal mesmo se o juiz acolher alegação de prescrição do direito do autor.
- (D) O procedimento cautelar só pode ser instaurado antes do processo principal.
- (E) O requerente do procedimento cautelar responde ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida se a sentença no processo principal lhe for desfavorável.

39. A respeito da ação de consignação em pagamento, considere:

- I. Quando a consignação se fundar em dúvida sobre quem deva legitimamente receber, comparecendo dois pretendentes, o juiz declarará efetuado o depósito e extinta a obrigação, continuando o processo a correr unicamente entre os credores, pelo rito ordinário.
- II. Tratando-se de prestações periódicas, o devedor, para o ajuizamento da ação, deverá consignar a totalidade do débito.
- III. Tratando-se de obrigação em dinheiro e tendo o devedor optado pelo depósito da quantia devida em estabelecimento bancário, cientificará o credor, por carta com aviso de recepção, assinado o prazo de 10 dias para a manifestação de recusa.
- IV. Alegada insuficiência do depósito, poderá o réu levantar, desde logo, a quantia depositada, com a conseqüente liberação parcial do autor, prosseguindo o processo quanto à parcela controvertida.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II, e III.
- (E) II, III e IV.

40. Numa execução por quantia certa contra devedor solvente, o devedor possui os seguintes bens, individualmente suficientes para garantir a execução: um terreno, 200 cabeças de gado, um caminhão, títulos da dívida pública da União e direitos hereditários de uma casa. A penhora recairá, preferencialmente,

- (A) nas 200 cabeças de gado.
- (B) no terreno.
- (C) nos direitos hereditários da casa.
- (D) no caminhão.
- (E) nos títulos da dívida pública da união.

DIREITO PENAL

41. Sobre a aplicação da lei penal, considere:

- I. A lei excepcional ou temporária não se aplica ao fato praticado durante sua vigência, se decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
- II. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- III. A lei brasileira não se aplica aos crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público, se praticados no estrangeiro.
- IV. Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- V. Aplica-se a lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, aos crimes contra a administração pública praticados por qualquer pessoa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e V.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III, IV e V.

42. No crime complexo, a ação penal é

- (A) pública incondicionada, se qualquer dos crimes componentes do tipo deva ser apurado por iniciativa do Ministério Público.
- (B) pública condicionada, mesmo que qualquer dos crimes componentes do tipo deva ser apurado por iniciativa do Ministério Público, desde que em relação a outro ou outros a sua ação dependa de representação.
- (C) pública incondicionada em relação aos crimes componentes do tipo que são dessa natureza e privada ou pública condicionada em relação a outro ou outros que sejam de iniciativa privada ou sujeito a representação.
- (D) pública ou privada, dependendo de acordo entre o Ministério Público e o ofendido ou seu representante legal.
- (E) privada, se um dos crimes componentes do tipo for dessa natureza, mesmo que outro ou outros devam ser apurados por iniciativa do Ministério Público.

43. João, tesoureiro de órgão público, agindo em concurso com José e em proveito deste, que não é funcionário público mas que sabe que João o é, desvia certa quantia em dinheiro, de que tem a posse em razão do cargo. Por essa conduta

- (A) José não responde por crime nenhum, já que foi João quem desviou o dinheiro.
- (B) João responde por peculato e José por apropriação indébita.
- (C) João e José respondem pelo crime de peculato.
- (D) João não responde por crime porque o dinheiro foi todo entregue para José, que é quem deve ser processado.
- (E) João e José respondem pelo crime de peculato, mas este tem a pena reduzida pela metade, porque foi João quem desviou o dinheiro.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

44. Nos termos da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1988, é INCORRETO afirmar que
- (A) são puníveis os fatos nela previstos como crime, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime antecedente.
 - (B) os crimes nela disciplinados são insuscetíveis de fiança e liberdade provisória.
 - (C) o processo e julgamento dos crimes nela previstos obedecem às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com reclusão, da competência do juiz singular.
 - (D) o juiz determinará a liberação dos bens, direitos e valores apreendidos ou seqüestrados quando comprovada a licitude de sua origem.
 - (E) em caso de sentença condenatória, o réu não poderá em nenhuma hipótese, apelar em liberdade.
-
45. Quanto à queixa-crime é correto afirmar que
- (A) a mulher casada não poderá exercer o direito de queixa sem consentimento do marido, salvo quando estiver dele separada ou quando a queixa for contra ele, sendo que se o marido recusar o consentimento, o juiz poderá supri-lo.
 - (B) o prazo para o aditamento da queixa será de 3 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos, e, se este não se pronunciar dentro do tríduo, entender-se-á que não tem o que aditar, prosseguindo-se nos demais termos do processo.
 - (C) a queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público.
 - (D) a queixa contra qualquer dos autores do crime não obrigará ao processo de todos.
 - (E) no caso de morte do ofendido, o direito de oferecer queixa passará, sucessivamente, ao ascendente, ao descendente e ao cônjuge, salvo quando declarado ausente por decisão judicial, hipótese em que se declarará extinta a punibilidade do autor.
-
46. Quanto aos recursos em geral, dispõe o Código de Processo Penal, dentre outras hipóteses, que,
- (A) no caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivo de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
 - (B) excetuando-se dentre outros o da sentença que denegar *habeas corpus*, hipótese em que deverá ser interposto, de ofício, pelo juiz, os recursos serão voluntários.
 - (C) salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro e se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.
 - (D) a qualquer tempo, o Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.
 - (E) interposto por termo o recurso, o escrivão, sob pena de suspensão por 05 a 60 dias, fará conclusos os autos ao juiz, até o quinto dia seguinte ao último do prazo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

47. Considere as seguintes assertivas a respeito do provimento de cargo público:
- I. Reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
 - II. Reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
 - III. Em regra, as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
 - IV. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- De acordo com a Lei nº 8.112/90 está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III e IV.
-
48. Quanto aos órgãos e agentes públicos é INCORRETO afirmar que
- (A) os órgãos públicos colegiados, nas relações com a própria Administração e com terceiros, não são representados por seus dirigentes, mas por seus membros, conjunta ou isoladamente.
 - (B) a criação e extinção de órgãos da administração pública depende de lei, de iniciativa privativa do Chefe do Executivo.
 - (C) para a eficiente realização de suas funções cada órgão público é investido de determinada competência redistribuída entre seus cargos, com a correspondente parcela de poder necessária ao exercício funcional de seus agentes.
 - (D) classificam-se como compostos os órgãos públicos que reúnem na sua estrutura outros órgãos menores, com função principal idêntica ou com funções auxiliares diversificadas.
 - (E) agentes administrativos são todos aqueles que se vinculam ao Estado ou às suas entidades autárquicas e fundacionais por relações profissionais, sujeitos à hierarquia funcional e ao regime jurídico determinado pela entidade estatal a que servem.

49. Em tema de Poderes Administrativos, considere:

- I. O poder discricionário é sempre relativo e parcial, porque, quanto à competência, à forma e à finalidade do ato, a autoridade está subordinada ao que a lei dispõe, como para qualquer ato vinculado.
- II. A punição decorrente do poder disciplinar da administração e a criminal têm fundamentos idênticos, com também idênticas a natureza das penas, pois a diferença não é de substância, mas de grau.
- III. O poder regulamentar é a faculdade de que dispõe os chefes de executivo de explicar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei.
- IV. Poder hierárquico é o que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- V. O ato administrativo decorrente do poder de polícia não fica sujeito a invalidação pelo Poder Judiciário, sujeitando-se apenas a revisão pela própria administração, em razão da sua autonomia, ainda que praticado com desvio de poder.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

50. Willian, servidor público, teve anulado o ato de sua nomeação. Assim, deverá ele, se estiver de

- (A) má-fé, ficar isento da obrigação da devolução dos vencimentos percebidos ilegalmente, declarando-se, porém, inválidos todo e qualquer ato por ele praticado no desempenho de suas atribuições administrativas.
- (B) boa ou má-fé, repor parceladamente os vencimentos percebidos ilegalmente, declarando-se inválidos os atos por ele praticados no desempenho de suas atribuições funcionais, ainda que os destinatários de tais atos sejam terceiros em relação ao ato nulo.
- (C) boa-fé, ficar isento da obrigação da devolução dos vencimentos percebidos ilegalmente, declarando-se, porém, inválidos os atos por ele praticados no desempenho de suas atribuições funcionais, ainda que os destinatários de tais atos sejam terceiros em relação ao ato nulo.
- (D) má-fé, repor os vencimentos percebidos ilegalmente, mas permanecem válidos os atos por ele praticados no desempenho de suas atribuições funcionais, porque os destinatários de tais atos são terceiros em relação ao ato nulo.
- (E) boa ou má-fé, ficar isento da obrigação da devolução dos vencimentos percebidos ilegalmente, declarando-se, porém, inválidos todo e qualquer ato por ele praticado no desempenho de suas atribuições administrativas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Os Tribunais Regionais Federais são compostos de no mínimo
- (A) onze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
 - (B) sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
 - (C) nove juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos.
 - (D) quinze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
 - (E) vinte e um juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.

52. Compete privativamente ao Senado Federal:

- (A) Aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.
- (B) Proceder a tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (C) Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
- (D) Apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- (E) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

53. Considere as seguintes assertivas sobre o Processo Legislativo:

- I. A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- II. A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta da maioria simples, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- III. A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- IV. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Presidente ou do Vice-Presidente da República e do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

54. Para concorrer em um pleito eleitoral ao cargo de Deputado Estadual o candidato, preenchidas as demais condições de elegibilidade, deverá possuir, no mínimo,
- (A) 21 anos.
 - (B) 25 anos.
 - (C) 30 anos.
 - (D) 35 anos.
 - (E) 40 anos.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

55. Ao se conceder o benefício assistencial da renda vitalícia ao idoso ou ao deficiente sem meios de subsistência estará sendo aplicado, especificamente, o princípio da
- (A) equidade na forma de participação no custeio.
 - (B) universalidade do atendimento.
 - (C) universalidade da cobertura.
 - (D) distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
 - (E) diversidade da base de financiamento.

56. Considere as seguintes assertivas a respeito da assistência social:
- I. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
 - II. A participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis é uma das diretrizes de organização das ações governamentais na área da assistência social.
 - III. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até três décimos por cento de sua receita tributária líquida.
 - IV. É vedada a aplicação dos recursos de programa de apoio à inclusão e promoção social dos Estados e do Distrito Federal no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.
- De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) II e IV.

57. De acordo com a Lei nº 8.213/91, os membros do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo
- (A) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de três anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
 - (B) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.
 - (C) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
 - (D) Presidente do Congresso Nacional, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de três anos, sendo vedada a recondução.
 - (E) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.

DIREITO TRIBUTÁRIO

58. Em tema de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, é correto afirmar que
- (A) a moratória, salvo disposição em contrário, somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
 - (B) a moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito ativo, salvo o do terceiro em benefício daquele que gerou o crédito tributário constituído à época do seu fato gerador.
 - (C) o parcelamento do crédito tributário exclui, em qualquer caso, a incidência de juros e multas, não se aplicando a ele as regras da moratória.
 - (D) a concessão da moratória em caráter geral ou individual gera direito adquirido, sempre que se apure que o sujeito passivo não cumpriu os requisitos para a concessão do favor, salvo na hipótese de parcelamento.
 - (E) a lei concessiva de moratória não pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território do sujeito ativo ou a determinada classe ou categoria de sujeitos ativos.

59. Quanto a garantias e privilégios do crédito tributário, considere:
- I. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
 - II. A cobrança judicial do crédito tributário sujeita-se a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou partilha.
 - III. São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo da falência.
 - IV. A extinção das obrigações do falido e a concessão da recuperação judicial independem da apresentação da prova de quitação de todos os tributos.
 - V. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) II e V.
 - (D) I, III e V.
 - (E) I e IV.

60. Nos termos da Constituição Federal, cuidando-se de matéria relativa à limitação do poder de tributar, NÃO é vedado
- (A) à União, dentre outras hipóteses, instituir isenções de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
 - (B) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
 - (C) à União, aos Estados e aos Municípios, cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos depois do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
 - (D) aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco e instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
 - (E) ao Distrito Federal instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

